



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 21/2020 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

1 - INTRODUÇÃO

1.1 Em cumprimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, ao art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019, Resolução TSE n. 23.234/2010, Instrução Normativa – TRE-RO n. 004/2008, elaboramos o presente Termo de Referência para contratação de empresa para a prestação de serviços de táxi aéreo, por aeronave com asa rotativa (helicóptero), com vistas ao atendimento de demanda advinda do Pleito Eleitoral de 2020.

2 - DO OBJETO

2.1 Contratação de empresa especializada, detentora de Certificado de Operador Aéreo, emitido pela ANAC, para a prestação de serviços de táxi aéreo, por aeronave com asa rotativa (helicóptero), no período de 01/10/2020 a 05/10/2020 (1º turno das Eleições), para efetuar o serviço de transporte de passageiros e de pequenas cargas durante as Eleições 2020, devendo a aeronave possuir capacidade, no mínimo, para 4 (quatro) passageiros e 150 Kg (cento e cinquenta quilogramas) de carga, para execução dos itinerários abaixo:

2.2 – Itinerário 1º Turno.

ROTA 1	ITINERÁRIO Operação de Distribuição	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Translado - Deslocamento cidade de origem/Guajará-Mirim/cidade de destino			
02	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã
03	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã
04	Guajará-Mirim /Costa Marques /Pedras Negras /Costa Marques /Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã

ROTA 2	ITINERÁRIO Operação de Contingência (eventual)	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim / Santo André / Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.
02	Guajará-Mirim / Rio Negro Ocaia / Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.
03	Guajará-Mirim / Costa Marques / Pedras Negras / Costa Marques / Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.

ROTA	ITINERÁRIO	KM	HORA	DIA E HORÁRIO DO
------	------------	----	------	------------------



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

3	Operação de Recolhimento/Retorno	VOO	VOO	DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (04/10/20) Saída: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h15 (horário definido para pouso diurno no destino).
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	1,0 h	Segunda-feira (05/10/20), início período da manhã.
03	Guajará-Mirim / Pedras Negras /Guajará-Mirim	550 km	5,0 h	Segunda-feira (05/10/20), período da manhã, podendo se estender até o período da tarde.
<p>Nota: De acordo com informação disponível no site da ANAC: http://www.anac.gov.br/Anac/assuntos/setor-regulado/aerodromos, ACESSO RÁPIDO - LISTA DE AERÓDROMOS PÚBLICOS, o aeroporto de Guajará-Mirim está autorizado para operações VFR Diurno/Noturno e IFR Diurno/Noturno, dentro das especificações de operação definidas no ato de autorização. Contudo, consulta atual ao site do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DCEA), revelou que as luzes do referido aeródromo estão indisponíveis. Assim, as condições de operação, nas datas dos voos, devem ser checadas no site do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DCEA).</p> <p>Independente dessas informações, TODOS os voos foram programados para iniciar e encerrar em período diurno.</p>				

2.2.1 DA POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE DATAS

A execução dos serviços deverá obedecer ao cronograma previstos na Tabela inserta no item 2.2 deste TR, os quais poderão sofrer variações, sem qualquer ônus ao Contratante, definidas pelo fiscal ou gestor do contrato e comunicados previamente à contratada, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias que antecedem o deslocamento. Esta variação justifica-se em razão dos efeitos imprevisíveis decorrentes da **pandemia da COVID-19** e as medidas sanitárias restritivas adotadas pelos entes públicos, além de outras intercorrências que possam surgir até a data das Eleições Municipais 2020.

2.3 DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

O TRASLADO refere-se à cidade de onde a aeronave se encontra e será deslocada até a cidade de Guajará-Mirim e retorno ao local de origem.

Os serviços consistem na distribuição e recolhimento de pessoal, urnas eletrônicas e materiais diversos, organizados em rotas, conforme abaixo:

1º TURNO DAS ELEIÇÕES:

a) Período de execução: 08h do dia 02/10/2020 (quinta-feira) até às 18h do dia 05/10/2020 (segunda-feira).

b) Operação de Distribuição:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

ROTA	ITINERÁRIO Operação de Distribuição:	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã
03	Guajará-Mirim /Costa Marques /Pedras Negras /Costa Marques /Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Quinta ou sexta-feira (01/10 ou 02/10/20), período da manhã

1. Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (quinta ou sexta-feira), os serviços de atendimento e recolhimento deverão estar concluídos até às 18h00min da segunda-feira (dia 05/10/2020).
2. A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.
3. A Contratada deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juíz Eleitoral da respectiva circunscrição.

c) Operação de Contingência:

ROTA	ITINERÁRIO Operação de Contingência (eventual)	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim / Santo André / Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.
02	Guajará-Mirim / Rio Negro Ocaia / Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.
03	Guajará-Mirim / Costa Marques / Pedras Negras / Costa Marques / Guajará-Mirim	760 km	6,0 h	Sábado ou Domingo (03/10 ou 04/10/20), período da manhã.

1. A operação de contingência, nos limites definidos pelo quadro de acima, somente será realizada em casos em que o suporte por meio da aeronave for determinando, de forma justificada, pelos Juízes Eleitoral de Costa Marques ou Guajará Mirim com o objetivo de solucionar eventuais problemas que possam surgir no desenvolvimento dos trabalhos. O referido ato deverá ser informado ao ordenador de despesas para autorização da execução dos serviços.
2. Esses serviços são ESTIMATIVOS e poderão ser realizados de forma parcial ou total, mas em qualquer caso não obriga a Administração contratante a sua efetivação.
3. Os voos poderão ser realizados no mesmo dia ou em dias subsequentes (sábado ou domingo), mas deverão estar concluídos até às 18h00min da segunda-feira (dia 05/10/2020).
4. A base de operação e o pernoite deverão ser na cidade de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.

5. A Contratada deverá ajustar os horários de deslocamento diretamente com o Juíz Eleitoral.

d) Operação de Recolhimento/Retorno:

ROTA	ITINERÁRIO Operação de Recolhimento/Retorno	KM VOO	HORA VOO	DIA E HORÁRIO DO DESLOCAMENTO (ESTIMADO)
01	Guajará-Mirim /Santo André /Guajará-Mirim	110 km	1,0 h	Domingo (04/10/20) Saida da base: por volta de 15 horas; Retorno: no máximo às 17h15 (horário definido para pouso diurno no destino).
02	Guajará-Mirim /Rio Negro Ocaia /Guajará-Mirim	150 km	2,0 h	Segunda-feira (05/10/20), início período da manhã.
03	Guajará-Mirim / Pedras Negras /Guajará-Mirim	550 km	5,0 h	Segunda-feira (05/10/20), período da manhã, podendo se estender até o período da tarde.

- Os voos serão realizados nos dias e horários indicados no quadro acima, ou outro horário a ser definido pelo Juízo Eleitoral.
- Concluindo a ROTA 03, a aeronave estará liberada pelo fiscal do Contrato.

2.4 DAS CONDIÇÕES GERAIS DO SERVIÇO

2.4.1. Em todas as viagens, a Contratada deverá fornecer o combustível necessário ao fiel cumprimento do itinerário especificado, responsabilizando-se, inclusive, por toda a logística de abastecimento da aeronave. Sugerem-se as cidades de Guajará-Mirim e Costa Marques, ambas em Rondônia, para apoio à logística das operações.

2.4.2. A empresa vencedora deverá arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços especificados no presente Termo de Referência, tais como: tarifas aeroportuárias, comunicações, combustíveis e lubrificantes, despesas com abastecimento, seguros de responsabilidade civil e outros.

2.4.3. A contratada deverá arcar também com os custos inerentes à segurança da permanência da aeronave no solo, transporte e alimentação de seus tripulantes.

2.4.4. A aeronave deverá ficar à disposição do Juízo da 1ª Zona Eleitoral do Município de Guajará-Mirim a partir das 9h do dia 1º de outubro de 2020 (quinta-feira) até às 18h do dia 5 de outubro de 2020 (segunda-feira), podendo sua liberação ser antecipada pelo Juiz Eleitoral, caso ocorra a finalização dos serviços antes do prazo previsto.

2.4.5. As coordenadas geográficas (latitude e longitude) de cada localidade onde serão prestados os serviços são:

- **Guajará-Mirim:** Latitude: 10° 46' 58'' S // Longitude: 65° 20' 22'' W



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

- **Santo André:** Latitude: 11° 09' 47'' S // Longitude: 065° 01' 01'' W

- **Rio Negro Ocaia:** Latitude: 11° 11' 00'' S // Longitude: 064° 50' 05'' W

- **Pedras Negras:** Latitude: 12° 51' 14'' S // Longitude: 062° 54' 07'' W

3 - DA JUSTIFICATIVA

3.1 A existência de locais de votação de difícil acesso é uma realidade a ser enfrentada pela Justiça Eleitoral, quando da realização dos Pleitos Eleitorais, haja vista o seu compromisso de proporcionar ao eleitor brasileiro o direito à cidadania, através do exercício do voto, não importando quão distante ou inacessível seja o seu domicílio.

3.2 O referido problema é enfrentado pela grande maioria dos Tribunais Regionais Eleitorais do País, sendo que o Estado de Rondônia não ficou imune a tal condição excepcional, pois há locais de difícil acessibilidade para fins de votação, em destaque alguns distritos, os quais não têm acesso facilitado seja por terra, seja por água, em decorrência das condições geográficas de acesso destas localidades e do fato de constituírem regiões com pouco ou quase nenhum desenvolvimento econômico.

3.3 Outro fator que contribui para o agravamento do problema é o elevado número de aldeias indígenas em regiões fronteiriças ou com demarcação de reservas florestais, cuja localização é afastada dos centros urbanos e sem nenhuma estrutura de acesso, seja por via terrestre ou fluvial.

3.4 Desta forma, tornou-se comum, no âmbito da Justiça Eleitoral de Rondônia, prover meios de transporte alternativos para a montagem de estruturas de votação para a realização dos Pleitos Eleitorais, seja por meio de locação ou requisição de veículos, de locação de barcos ou de fretamento de aeronaves, sendo este último, em razão de seu alto custo, utilizado somente quando prejudicadas as logísticas alternativas de transporte terrestres e fluviais.

3.5 Ao longo de diversos pleitos eleitorais realizados por este Tribunal, a utilização de aeronaves para suprir o acesso a locais de votação de difícil acesso, vem sendo sistematicamente realizada para algumas localidades pertencentes às Zonas Eleitorais dos municípios de Guajará-Mirim e Costa Marques, conforme quadro abaixo:

DISTRITOS / LOCALIDADES / POVOADOS	SEÇÕES	ELEITORES
Aldeia Rio Negro Ocaia	02	456
Aldeia Santo André	02	346
Distrito Pedras Negras	01	53
TOTAL	05	855
Fonte: evento		

3.6 Considerando o histórico no atendimento a essas comunidades, em que pese o percentual irrisório de eleitores a serem atendidos com a logística alternativa de transporte, cabe a este Tribunal, por força do que dispõe a Constituição Federal e o Código Eleitoral Brasileiro, prover toda a logística de votação para as localidades de difícil acesso, com vistas a garantir o direito do cidadão brasileiro de exercer sua soberania por meio do Sufrágio Universal.



3.7 Por isso, a presença da Justiça Eleitoral, mesmo que somente em ano de eleição, constitui-se em fator de promoção da cidadania tão aviltada nessas localidades, por vezes completamente esquecidas pelo Poder Público.

3.8 Assim, com vistas a garantir integralmente a realização do Pleito Eleitoral de 2020 no Estado de Rondônia, faz-se necessário o fretamento de uma aeronave para suprir a estrutura de votação, inclusive de pessoal, nas localidades acima mencionadas, motivo pelo qual elaboramos o presente Termo de Referência.

3.9 As distâncias dessas localidades com relação à sede dos cartórios eleitorais são muito grandes. O meio de transporte mais seguro e rápido para atender essas localidades nas atividades de preparação e realização das eleições é o por via aérea, pois não há nessas três localidades vias terrestres (estradas) em condições viáveis de trânsito.

3.10 Se for considerada a via fluvial, é de conhecimento notório que, para as localidades de **Rio Negro Ocaia e Santo André** (Guajará-Mirim), nessa época do ano (outubro), os rios de acesso se tornam não navegáveis por meio de barcos com motores convencionais, pois os rios ficam extremamente rasos. A sua navegação somente é possível com barcos de pequeno porte (máximo de 03 pessoas) com motores estilo "rabeta", o que não proporciona nenhuma segurança as pessoas e a carga, além do tempo de chegada, que poderá ser de até 12 horas.

3.11 Para o **Distrito de Pedras Negras** (Costa Marques), o acesso pela via fluvial é viável, mas o tempo de deslocamento é em média de 13 horas, o que se mostra sacrificante e perigoso para os colaboradores e com riscos de danos para a carga (urnas eletrônicas e suprimentos).

3.12 Portanto, a forma aérea se mostra ideal, adequada, rápida e mais segura. A opção da contratação pelo tipo helicóptero se deve pela maior flexibilidade de realizar os pousos nas referidas localidades, as quais somente o distrito de Pedras Negras possui pista de pouso e decolagem para aeronaves, tipo avião de pequeno porte, mas por vezes está em manutenção e possui difícil acesso até a localidade de Pedras Negras.

3.13 Quanto às especificações mínimas exigidas para a aeronave, tipo helicóptero, neste instrumento, justifica-se que são aquelas mais usuais no mercado, além de atender perfeitamente as necessidades deste Tribunal.

3.14 Já quanto a definição do período (em dias) em cada turno de eleição necessários de disponibilidade da aeronave, justifica-se pelas peculiaridades climáticas da região que se mostra bastante instáveis nessa época do ano (outubro) com a ocorrência de pancadas de chuvas ao longo de todo o dia, o que pode comprometer as operações em determinados dias.

3.15 Desta forma, é necessária a disponibilidade da aeronave com pelo menos dois dias anteriores às vésperas das eleições.

3.16 Por fim, verifica-se que os serviços foram ajustados para atendimento de apenas 1 turno de votação e subdivididos por tipo de **Operação de Serviço e Rotas**, para melhor identificar e especificar a logística adotada. Além disso, em cada turno de eleição foi previsto a chamada "**Operação de Contingência**", o qual servirá de reserva técnica para atender as situações de emergência e imprevisíveis durante a logística de operação normal, condicionando o pagamento somente quando realizado, seja parcialmente ou total.

4 - DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.



Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta no Planejamento Anual das Contratações para 2020, e vem ao encontro OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:

- Garantir a legitimidade do processo eleitoral;
- Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança

Adotar-se-á

como

Valores:

Ética: Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;

Transparência: Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;

Acessibilidade: Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;

Celeridade: Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;

Responsabilidade social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;

Inovação: Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;

Eficácia: Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;

Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;

Qualidade de vida do servidor: Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores. atividades;

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO ELEITORAL

Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

Têm por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.



5 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

5.1 De acordo com o Artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais, com atribuição - entre outras tantas - de especificar ou alterar a especificação já existente do material ou serviço solicitado, observando os critérios e práticas de sustentabilidade, em conjunto com a unidade solicitante (art. 6º, § 4º, II). Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7/7/2017.

5.2 No entanto, a referida Resolução não estabeleceu critérios objetivos que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais. Trata-se de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa.

5.3 Já o novo Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

5.4 De acordo com o art. 6º da IN MPOG n. 001/2010-SLTI, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.

5.5 Apesar dos critérios ainda não estarem implantados no TRE-RO, exigir-se-á da futura contratada, como medida sustentável para a contratação pretendida, a obrigação de fornecimento de toda documentação relacionada à execução contratual em meio digital, sempre que possível.

6 - DO VALOR ESTIMADO – PESQUISA DE MERCADO / COTAÇÃO DE PREÇOS

Nos termos do art. 15, §2º, do Decreto 10.024/2019, o valor estimado do certame será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

7. DA CLÁUSULA DE ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

A contratação do serviço de fretamento de aeronave, discriminado no presente Termo de Referência, está prevista no planejamento orçamentário desta unidade para o exercício de 2020, devendo a despesa pleiteada ser custeada pelo Orçamento de Pleitos Eleitorais, conforme demonstrado no quadro abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Pleito Eleitoral
AGREGADOR	Despesas de Funcionamento
DESPESA AGREGADA	Votação em Locais de Difícil Acesso
PLANO INTERNO	LDA TRANSP 1

8 - DO CERTAME LICITATÓRIO

8.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

8.1.1 Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado, sendo certo afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Dessa forma, com fundamento no Art. 1º da Lei nº 10.520/2010 e no Art. 1º do Decreto Federal n. 10.024/2019, entende-se que deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por lote, sob o regime de empreitada por preço global, sob execução indireta, para a seleção da proposta mais vantajosa dos serviços pretendidos neste TR, para a qual deverá ser adotada modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

8.2 DO AGRUPAMENTO DAS 3 ROTAS EM LOTE ÚNICO:

8.2.1 Há ocorrência de identidade entre os serviços a serem contratados, todos de mesma natureza, os quais podem ser prestados por uma única empresa.

8.2.2 Vantagem econômica: Por certo, a divisão dos serviços em itens diminuirá a competitividade em razão da quantidade e valores dos serviços. Agrupados, os itens serão atraentes para as empresas do ramo. Ademais, o agrupamento evitará mais de uma empresa no certame. De notar-se que está sendo previsto o traslado de apenas uma aeronave até o local dos serviços. Acaso aberto em itens, a Administração teria que arcar com o custo do traslado de até 3 aeronaves, o que não seria razoável porque oneraria de forma exponencial o valor dos serviços. Além disso, com a prestação dos serviços por uma única empresa os procedimentos devem fluir com mais agilidade e eficiência.

8.3 DO AFASTAMENTO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

8.3.1 O valor estimado da contratação excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), motivo pelo qual o certame não terá destinação exclusiva para ME/EPP, na forma da Lei Complementar n. 123/2006 e Decreto n. 8.438/2015.

8.3.2 AS ME/EPP's poderão participar com as demais regras de preferência.

8.4 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

8.4.1 Na elaboração da proposta a licitante deverá incluir todos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de execução dos serviços a serem contratados.

8.4.2 No preenchimento da proposta, as empresas licitantes deverão detalhar os valores unitários para cada operação de cada rota por turno de eleição e o valor total dos serviços, **conforme o formulário padrão de propostas**, posto que o valor proposto para cada operação, de cada uma das respectivas rotas, também deverá estar compatível com os valores máximos estimados pela Administração para cada um desses eventos.

8.4.3 Os lances serão ofertados sempre em relação ao valor total da proposta com o respectivo ajuste/redução dos preços das operações individuais que compõem os serviços.



8.4.4 Sagar-se-á vencedora do certame a licitante que ofertar o menor valor total para a execução dos serviços especificados no presente termo de referência, compreendendo o somatório dos serviços e obedecido os valores máximos para cada operação, conforme explicitado nos itens anteriores.

8.4.5 O valor estimado neste termo de referência constitui-se no preço máximo de aceitação das propostas ofertadas pelas licitantes, pois se trata de limite orçamentário no qual este Tribunal deverá limitar-se.

8.5 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E FISCAL:

8.5.1 Habilitação jurídica: Tratando-se de sociedades comerciais as licitantes deverão apresentar o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado. Tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência.

8.5.2 Habilitação fiscal: A licitante deverá estar regular junto ao SICAF e/ou apresentar comprovante de regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e a Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ).

8.6 DA HABILITAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA:

8.6.1 Da empresa:

Para aferir da regularidade da habilitação técnica, sem prejuízo de outros documentos legalmente exigíveis, a licitante deverá apresentar:

I - No mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-Operacional, em nome da empresa, comprovando a realização dos serviços pertinentes e compatíveis com o objeto especificado no presente Termo de Referência.

Os atestados poderão ser provenientes de pessoa jurídica de direito público ou privado. Tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão. Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade durante o certame licitatório.

II - Cópia da Outorga da Autorização para Operar expedida pela ANAC;

III - Certificado de Operador Aéreo - COA, emitido pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;

IV - Cópia das Especificações Operativas com autorização para realizar operação em terreno desabitado ou selva;

V - Autorização para realizar operação em áreas de pouso ocasional em conformidade com o item 91.327 do RBHA- Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica 91 2 (REGRAS GERAIS DE OPERAÇÃO PARA AERONAVES CIVIL);

VI - Seguro de Responsabilidade do Transportador Aéreo (RETA) em conformidade com a legislação vigente, para cobertura dos ocupantes da aeronave, pessoas e bens no solo, ou seguro comprovado pela apólice vigente e respectivo comprovante de pagamento do prêmio para cobertura de sinistros.



8.6.2 Da aeronave:

I - Registro da (s) Aeronave (s) junto à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, em vigor.

II - Certidão de matrícula, Nacionalidade e Aeronavegabilidade emitidos pelo RAB (Registro Aeronáutico Brasileiro), da aeronave que será utilizada na prestação de serviço;

III - Ficha de Inspeção Anual da Aeronave (FIAM) ou registro dos últimos serviços de manutenção que atestam a IAM;

IV - comprovação de atendimento aos itens previstos na seção 135.166 do RBAC (Regulamento Brasileiro de Aviação Civil 135) - REQUISITOS OPERACIONAIS: OPERAÇÕES COMPLEMENTARES E POR DEMANDA;

IV - Licença Estação da Aeronave emitida pela ANATEL;

V - O helicóptero deverá conter também:

a) Capacidade autorizada para transportar 1 (um) piloto (tripulante) e, mais 4 (quatro) passageiros, que representam ao total 5 (cinco) pessoas;

b) Todos os equipamentos de navegação, segurança e primeiros socorros necessários conforme código da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

8.6.3 Do piloto:

I - Identificação do piloto da aeronave, comprovados através de caderneta individual de voo e/ou declaração de empresa de taxi aéreo;

II - Certificado de Habilitação Técnica;

III - Extrato de Pesquisa sobre Licenças e Habilitações;

IV - Certificado de Capacidade Física (CCF), válidos e expedidos pela ANAC para o respectivo piloto;

V - Registro da licença denominada Piloto Comercial de Helicóptero (PCH).

8.6.3.1 Caso ocorram fatos supervenientes que obriguem, justificadamente, a contratada a indicar novo piloto, no período compreendido entre adjudicação e a execução do contrato, a Contratada deverá encaminhar todos os documentos mencionados no item 8.6.3, para análise e aprovação da Contratante, no prazo de 15 (quinze) dias anteriores à data de realização dos serviços, sob pena de apuração da responsabilidade pelo descumprimento contratual, conforme estabelece o item 9.4 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

8.6.4 DA CONFERÊNCIA DOCUMENTAL: Todos os documentos técnicos apresentados serão consultados, desde que disponíveis, pela via eletrônica no site da ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil e em sites correspondentes.

9 - DO CONTRATO

9.1 Das condições gerais da contratação

9.1.1 Nos termos do artigo 62 da Lei n. 8.666/93, será lavrado contrato regulando a relação entre a Administração Contratante e a Contratada.

9.1.2 No ato da assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

9.1.3 Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a contratada realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

9.1.4 Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela contratada;

9.1.5 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

9.1.6 A contratada deverá indicar, até a data da assinatura do contrato, no mínimo, 1 (um) número telefônico, 01 (um) correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre ela e o fiscal/gestor da contratada, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo representante da contratada.

9.1.7 O representante da contratada deverá ficar disponível para supervisionar os serviços de forma que sejam cumpridos os prazos e condições previstos no contrato.

9.1.8 O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a adjudicatária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

9.1.9 À relação contratual, além das disposições previstas no respectivo Edital de Pregão, aplicam-se o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 e, supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

9.2 DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS , DA VIGÊNCIA, REEQUILÍBRIO E ALTERAÇÕES:

9.2.1 Período de execução: 01/10/2020 (quinta-feira) até o dia 05/10/2020 (segunda-feira).

9.2.2 Prazo de vigência: A partir da data de assinatura do Contrato até o dia 30/11/2020.

9.2.3 REAJUSTE E REEQUILÍBRIO:

9.2.3.1 Os valores serão irrealizáveis.

9.2.3.2 Admite-se eventual **reequilíbrio econômico-financeiro** na forma e condições previstas pelo art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93.

9.2.4 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

9.2.4.1 Havendo necessidade e justificativa, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.3 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

I - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

II - Realizar o recebimento provisório e definitivo dos serviços contratados;

III - Rejeitar, caso inadequados ou irregulares, os serviços prestados pela contratada;

IV - Pagar pelos serviços executados, obedecendo as seguintes regras:

a) O pagamento será realizado após a conclusão dos serviços do 1º turno da eleição, com apresentação da nota fiscal dos serviços efetivamente realizados, que será efetivado através de ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada pelo Chefe de Cartório da 1ª e 5ª Zonas Eleitorais, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

b) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal e/ou a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e a Justiça do Trabalho.

c) Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada.

d) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \quad I = (6/100) / 365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

V - Notificar a contratada em razão de qualquer descumprimento das obrigações pactuadas, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

VI - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada;

VII - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública;

VIII - Alterar, caso necessário, a data de execução dos serviços previstos na Tabela inserta no item 2.2 deste TR, os quais poderão sofrer variações definidas pelo fiscal ou gestor do contrato e comunicados previamente à contratada, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias que antecedem o deslocamento, sem qualquer ônus para o Contratante. Esta variação justifica-se em razão dos efeitos imprevisíveis decorrentes da **pandemia da COVID-19** e as medidas sanitárias restritivas adotadas pelos entes públicos, além de outras intercorrências que possam surgir até a data das Eleições Municipais 2020.

9.4 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Realizar o objeto do presente instrumento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Edital, na proposta ofertada e neste instrumento, atendendo às solicitações do contratante, conforme cronograma, percursos, condições e especificações discriminadas no objeto deste instrumento e horários de saída determinados nas solicitações recebidas do Contratante, devendo observar ainda as seguintes regras, além de outras aplicáveis à execução dos serviços:

a) A execução dos serviços de transporte aéreo obedecerá às normas da Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, as recomendações de segurança da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, nos Regulamentos Brasileiros de Homologação da Aeronáutica – RBHA, bem como às normas para habilitação dos Pilotos disciplinadas pela Resolução n. 377-ANAC e outros documentos acerca de Aviação Civil;

b) A aeronave irá operar nos Municípios do Estado de Rondônia indicados no item 2.2 deste Termo de Referência, devendo a aeronave operar de acordo com as exigências requeridas;

c) A aeronave deverá ser disponibilizada em perfeitas condições de voo, com Tripulação, combustível, com seguro obrigatório aeronáutico – RETA, nas especificações definidas neste Termo;

d) A Contratada deverá manter logística de reabastecimento (móvel ou fixo) de forma a suprir a autonomia de voo da aeronave nas ações estabelecidas pelo Operador (Contratante);

e) O Juiz da 1ª Zona Eleitoral TRE-RO autorizará a execução dos serviços, informando, por escrito, ao Comandante da Aeronave o período dos serviços, local a que se destina, horário de saída, previsão de chegada e relação dos passageiros;



f) Antes da utilização da aeronave, a Contratada deverá proceder a vistoria técnica no equipamento, de forma a constatar sua adequação ao uso de acordo com as exigências do Edital e seus anexos, assim como na legislação aplicada aos serviços de transporte aéreo.

II - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência do contratante;

III - Manter-se com todos os registros da aeronave e do piloto em plena validade em todo o período da vigência do contrato, inclusive com as demais habilitações e autorizações dos órgãos fiscalizadores e reguladores aéreo;

IV - Manter-se, durante a execução do presente instrumento, em situação de plena regularidade junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública, o INSS, o FGTS e a Justiça do Trabalho;

V - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do contratante, cabendo à contratada prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

VI - Responsabilizar-se pelos danos causados ao contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do presente instrumento, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o contratante proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

VII - Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução do contrato;

VIII - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor estimado na Cláusula sexta, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93;

IX - Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

XI - Providenciar, quando necessário e às suas expensas, documentação, taxas e licenças necessárias à execução dos serviços, junto aos órgãos competentes;

XII - Garantir as condições de autonomia e abastecimento, visando atender aos requisitos da ANAC e a realização de operação segura, a saber:

RBAC 135.209 AUTONOMIA PARA VOO VFR:

(a) ...

(b) Ninguém pode iniciar uma operação VFR em um helicóptero, a menos que, considerando o vento e as condições atmosféricas conhecidas, esse helicóptero tenha combustível e óleo lubrificante suficiente para voar até o aeródromo de destino e, assumindo consumo normal de combustível e óleo lubrificante em cruzeiro, voar pelo menos mais 20 minutos e que:

(1) tenha combustível e óleo lubrificante suficiente para voar até o aeródromo de destino;

(2) possa voar por um período adicional de 20 minutos, assumindo um consumo normal de combustível e óleo lubrificante em velocidade de cruzeiro escala ótima, acrescido de 10% do tempo de voo programado.

XIII - Previamente à execução dos serviços, a contratada deverá apresentar, um Plano de Gerenciamento de Segurança Operacional referente à operação (reconhecimento da área pelos pilotos envolvidos, apoios de solo, abastecimento, manutenção da aeronavegabilidade da aeronave), áreas de pouso (segregação do público) e segurança da aeronave (security);



XIV - Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

XV - Manter os serviços deste instrumento coberto por apólice de seguro de responsabilidade civil para eventuais indenizações por danos pessoais e/ou materiais decorrentes da execução do objeto contratado, a qual deverá ser apresentada a este Tribunal, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da assinatura do instrumento contratual.

9.5 DA SUBCONTRATAÇÃO

9.5.1 empresa que vier a ser contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão do contrato.

9.6 DA GARANTIA CONTRATUAL:

9.6.1 A contratada deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a saber:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).

9.6.2 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;

9.6.3 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

II - prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

10 – DAS PENALIDADES

10.1 Nos termos do artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à contratada de 2,0% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por hora de atraso na saída da aeronave, até o limite de 05 (cinco) horas, sendo considerada a inexecução do contrato na ocorrência de atraso superior ao limite estipulado.

10.2 Quanto ao descumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação contratual, bem como quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas



as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, tais como regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça:

I - Primeiro atraso injustificado de 01 (um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, ou primeira verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: multa de 1% (um por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

II - Segundo atraso injustificado de 01 (um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, ou segunda verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: multa de 2% (dois por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

III - Terceiro atraso injustificado de 01 (um) dia útil no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato, ou terceira verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: multa de 3% (três por cento), aplicada sobre o valor do contrato;

IV - Quarto atraso injustificado de até 01 (um) dia útil ou primeiro atraso injustificado superior a 01 (um) dia útil, ou quarta verificação da não manutenção das condições de habilitação e qualificação: poderá caracterizar como inexecução contratual.

10.3 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, o contratante poderá, nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.4 Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

10.5 O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário).

10.6 A multa eventualmente imposta ao contratado será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

10.7 Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei n. 6.830/80).

10.8 As multas não eximem o contratado da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

10.9 O procedimento para aplicação de sanções ao contratado observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

11 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 A gestão do contrato ficará a cargo da Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP, ou na sua ausência, o seu substituto legal, e a fiscalização dos serviços contratados ficará a cargo dos Chefes de Cartório da 1ª e 5ª Zonas Eleitorais, Guajará-Mirim e Costa Marques, respectivamente, ou seu substituto legal.

12 - DOS ANEXOS

ANEXO ÚNICO: MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL.



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Coordenador(a)**, em 16/04/2020, às 13:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0525087** e o código CRC **EAEC926D**.

0002716-74.2019.6.22.8000

0525087v3

Criado por 009193402356, versão 3 por 009193402356 em 16/04/2020 12:54:00.